



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

| CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL  |                      |                  |             |
|---|----------------------|------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública   | REUNIÃO Nº: 977/2015 | DATA: 25/6/2015  |             |
| LOCAL: Plenário 4<br>das Comissões  | INÍCIO: 10h11min     | TÉRMINO: 12h1min | PÁGINAS: 45 |
| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO   |                      |                  |             |
| ZANDONAI MIRANDA - Médico.<br>GERSON MIRANDA - Médico.                                |                      |                  |             |
| SUMÁRIO   |                      |                  |             |
| Tomada de depoimento.   |                      |                  |             |
| OBSERVAÇÕES   |                      |                  |             |
| Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.<br>Houve expressão ininteligível. |                      |                  |             |



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesse privado — Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

Convido o Deputado Odorico Monteiro para ser o Relator substituto, já que é Sub-Relator, até que chegue a esta Comissão o Deputado André Fufuca, que é o nosso Relator.

Ata.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia das atas da 25ª, 26ª e 27ª reuniões.

Indago aos Srs. Deputados e Deputadas se há necessidade da leitura.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Dispensado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Odorico Monteiro.

Em discussão as atas. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, submeto à votação as respectivas atas.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados e Deputadas o recebimento dos seguintes expedientes:

Da PROMEPE — Produtos Médicos e Hospitalares, por meio do qual solicita a prorrogação de prazo até o dia 26 de junho para entregar os documentos solicitados pelo Ofício nº 99/2015 desta CPI.

Do Supremo Tribunal Federal — STF, em que comunica que o Ministro Luiz Fux deferiu liminar nos autos da Medida Cautelar no *Habeas Corpus* nº 129.000, impetrado por Alex Blaschke Romito de Almeida em favor de Fernando Broetto Strehl, a fim de que seja garantido ao paciente no seu depoimento na CPI para investigar a máfia das órteses e próteses o direito de:

1) permanecer em silêncio sobre o conteúdo das perguntas formuladas;



2) não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, uma vez que os fatos indicam que ele será ouvido na condição de investigado;

3) de ser assistido por advogado;

4) de se comunicar livremente e em particular com o mesmo, garantindo-se o direito contra a autoincriminação, art. 5º, inciso 62, da Constituição Federal, excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos, em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.

Brasília, 22 de junho de 2015.

Da MEDICICOR Comercial Ltda., em que encaminha cópia das notas fiscais requeridas pelo Ofício nº 101/2015 desta CPI.

Do Hospital Dom João Becker, em que encaminha um CD com os documentos solicitados pelo Ofício nº 105/2015 da Presidência desta CPI.

Da SulAmérica Companhia de Seguros Saúde, em resposta ao Ofício nº 86/2015 da Presidência desta CPI.

Da Brasil Ortopedia Comércio e Importação de Produtos Cirúrgicos e Hospitalares Ltda., em que encaminha documento solicitado no Ofício nº 102/2015 desta Presidência.

Da INTELIMED Comércio e Representação Ltda. em resposta ao Ofício nº 164/2015 da Presidência desta CPI.

Da CASSI, em que encaminha documento solicitado no Ofício nº 56/2015 da desta Presidência.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à tomada de depoimento dos Srs. Zandonai Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais, e do Sr. Gerson Miranda, médico em Montes Claros, Minas Gerais.

Logo depois desta audiência pública, nós haveremos de nos dirigir a outro plenário, onde vamos ter uma audiência reservada, conforme solicitação do depoente.

Informo que os depoentes Zandonai Miranda e Gerson Miranda já se encontram na sala da Secretaria da CPI aguardando o início dos depoimentos.

Iniciaremos os trabalhos ouvindo o Dr. Zandonai Miranda; em seguida, ouviremos o Dr. Gerson Miranda.



Assim, determino à equipe da Secretaria desta CPI que conduza o Sr. Zandonai Miranda a este plenário. *(Pausa.)*

O Dr. Gerson Miranda deverá aguardar na sala da Secretaria da CPI até o momento da sua oitiva. *(Pausa.)*

Estamos aguardando a presença do Dr. Zandonai Miranda.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Pois não, nobre Deputado Odorico Monteiro.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Enquanto o Sr. Zandonai não chega, eu queria propor — e na realidade até pedi para a minha assessoria fazer um levantamento detalhado disso — que hoje ou na próxima semana a gente possa avaliar o comportamento da indústria nacional.

Eu estou muito preocupado porque o Instituto Ethos e algumas entidades criaram o pacto Ética e Saúde, um acordo setorial, justamente para tentar por parte da indústria e do setor... Isso aí é importante porque a CPI já produziu vários processos durante o seu curso. Um deles foi o fato de que com a CPI já houve uma redução de implantes desnecessários. Isso é o que a gente ouve dos *players* do setor.

Depois, o Ministério da Saúde publicou algumas portarias regulando internamente alguns processos, inclusive envolvendo os hospitais do Rio de Janeiro, alguns conselhos de medicina lançaram portaria regulando o processo interno — e aí a gente inclusive vai colocar que isso passa a ser norma do Conselho Federal de Medicina —, e a indústria e os fornecedores começaram a se organizar. Mas há um grupo de indústrias que não aderiu a esse acordo setorial. Então é importante que a gente analise, avalie, porque essa questão das boas práticas empresariais é fundamental.

Por isso eu queria fazer este registro. Durante toda a manhã eu coloquei a minha assessoria para avaliar isso. Depois, vou trazer como informe aqui para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Odorico Monteiro.

Estamos aguardando o Sr. Zandonai Miranda. *(Pausa.)*



Eu gostaria de solicitar que o Sr. Zandonai Miranda sentasse à mesa, acompanhado do seu advogado, Sr. Marcio Gesteira Palma. *(Pausa.)*

Peço atenção dos nobres Deputados e Deputadas para os seguintes procedimentos que nortearão os trabalhos de hoje. A palavra será concedida ao convocado, que terá o prazo de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Concluída a sua manifestação, será concedida a palavra ao Relator, aos Sub-Relatores e, em seguida, aos demais Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de 3 minutos, cada um interpelar o convocado. O convocado somente poderá ser interpelado sobre o tema objeto dos termos da convocação formulado por esta CPI. A lista de inscrição para interpelações encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio. É permitida a permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Esta Presidência, mais uma vez, consulta os Srs. Parlamentares sobre a possibilidade de se formarem blocos de perguntas com cinco participações cada, para que haja dispensa de uma réplica e tréplica, referidas no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Casa. Estão de acordo? *(Pausa.)* E solicita ainda que sejamos breves, para que todos os inscritos possam fazer uso da palavra.

Esta Presidência informa que o Sr. Zandonai Miranda será ouvido na qualidade de investigado, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição. Entretanto, informa que a colaboração do Sr. Zandonai Miranda certamente elucidará fatos investigados por esta Comissão, que terão efeito nas conclusões do nosso trabalho.

O Sr. Zandonai Miranda terá até 20 minutos para a sua fala, podendo inclusive solicitar a prorrogação desse tempo, que, logicamente, a juízo da Comissão, nós haveremos de definir.

O senhor sabe muito bem da Operação Desiderato, por meio da qual o senhor está sendo investigado. E nós gostaríamos que o senhor pudesse nos reportar aquilo que entende o senhor dessa operação lá em Minas, que é objeto desta CPI — a CPI da Máfia das Órteses e Próteses no Brasil. Então, o senhor tem 20 minutos.



Eu gostaria que o pessoal pudesse marcar o tempo. Ali à direita, o senhor poderá ver o mostrador. Quando inteirarem os 20 minutos, o senhor poderá solicitar o tempo que porventura seja necessário.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Bom dia. Meu nome é Zandonai Miranda. Eu sou médico há mais ou menos 10 anos. Tenho a seguinte especialização: iniciei fazendo Clínica Médica; depois, Cardiologia; e, depois, Cardiologia Intervencionista. Trabalhava única e exclusivamente na Santa Casa de Montes Claros, onde eu prestava toda minha atividade como médico, integralmente, lá.

Eu tenho o maior respeito por esta CPI, tenho respeito pela importância. Eu tenho toda a intenção de colaborar naquilo que seja interessante para todos, mas, neste momento, segundo orientação da minha defesa, do meu advogado, e na condição de réu, eu vou exercer o meu direito de permanecer calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O Dr. Zandonai Miranda vai exercer o direito de permanecer calado, conforme direito constitucional. Mas eu vou passar ao Deputado Relator, para que ele possa fazer os questionamentos a V.Sa., que poderá respondê-los ou não.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Zandonai Miranda, a pergunta que eu vou fazer eu acho que não compromete você, mas eu queria que você relatasse um pouco para a gente, da CPI, o seu itinerário formativo. Nós sabemos que um dos problemas que envolvem a investigação desta CPI é uma triangulação feita entre setores da indústria, setores da representação de dispositivos médicos, hospitais e profissionais.

É muito importante a gente entender — e aí acho que você pode falar, não é nada — o seu percurso formativo. Você disse que fez Medicina; depois, fez Clínica Médica; depois, fez Cardiologia; depois, foi fazer Hemodinâmica... Cardiologia Intervencionista.

Conte para a gente como é que foi esse seu itinerário. Onde você se formou? Onde você fez a primeira residência? Onde você fez a segunda residência? Onde você fez a terceira especialização? E como é que foi o seu trajeto, que é o motivo da investigação: colocar *stent* desnecessário, colocar *stent* utilizado, quebrar *stent* para utilizá-lo novamente? Então, você podia falar para a gente do seu itinerário formativo



e também do seu itinerário profissional. Como foi o seu percurso e como foi essa sua relação com o objeto da investigação da CPI?

Você pode falar. Eu creio que é um depoimento que não vai lhe incriminar, já que você está dizendo que tem interesse em colaborar com a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Antes da resposta, eu gostaria de chamar o Deputado André Fufuca para se sentar à mesa, aqui ao lado do Deputado Sub-Relator. O Deputado André Fufuca é o nosso Relator.

Com a palavra o Dr. Zandonai Miranda.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Eu morava no Rio Grande do Sul. Então, eu tive a minha formação médica no Rio Grande do Sul. Após o término, eu retornei...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Rio Grande do Sul?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Foi onde eu fiz faculdade. Depois da minha formação, eu retornei, porque a minha família morava em Belo Horizonte. Eu comecei fazendo residência de clínica num hospital em Belo Horizonte, onde, posteriormente, eu fiz Cardiologia. Depois, Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, sendo que essa formação, essa especialização durou mais ou menos 5 anos, após 6 anos de faculdade.

Com relação às outras colocações, aos outros fatos apontados pelo Exmo. Deputado, eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Odorico.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Eu queria que ele contribuísse. Como é que foi... Quais as marcas de *stent* que o senhor usa no seu cotidiano? Onde foi essa sua formação de hemodinamicista Em Belo Horizonte? Fale um pouco da sua relação com a indústria de *stents* no Brasil.

Eu queria insistir nisso, porque eu acho que é uma contribuição concreta dele para a CPI.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - A minha formação, como eu disse, foi no Hospital Luxemburgo, da Fundação Mário Penna, em Belo Horizonte. Com relação aos outros fatos apontados, por orientação da minha defesa e de acordo com o meu direito constitucional, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Bom, Sr. Presidente. Então fica claro que ele não quer colaborar com a CPI e está fazendo um desserviço para a



prática médica brasileira e para a investigação, que é o objeto desta CPI. É um prejuízo para a gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Vou passar a palavra ao Relator, Deputado André Fufuca.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Zandonai Miranda, eu tenho aqui dezenas de perguntas a fazer ao senhor, porém eu não as farei pois sei, como você já falou, desde o começo do seu depoimento, que você não irá responder a nenhuma pergunta. É isso, não é? *(Pausa.)*

O senhor não irá responder a nenhuma pergunta, irá recorrer à prerrogativa de ficar em silêncio.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - A sua especialização foi no Rio Grande do Sul?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Não. A minha formação acadêmica, faculdade, foi no Rio Grande do Sul. A minha especialização como hemodinamicista e cardiologista foi em Belo Horizonte.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor conheceu o médico Fernando Sanchis no Rio Grande do Sul?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Certo.

O senhor tem conhecimento de alguma cirurgia superfaturada ou feita de forma desnecessária na Santa Casa de Montes Claros?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Com relação a qualquer fato dessa natureza, eu vou exercer o meu direito de permanecer calado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Mas eu não estou fazendo questionamento em relação ao senhor. Eu estou fazendo um questionamento em relação à empresa. Aqui, no caso, eu estou questionando o seguinte: houve, fora os casos do senhor, o uso indevido de cirurgias e o superfaturamento das mesmas por outros médicos, outras equipes?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Quanto a qualquer fato que tenha relação com a investigação eu vou exercer o meu direito de ficar calado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Certo.



Presidente, eu não irei mais fazer os questionamentos que eu elaborei, visto que, como falei, aqui iremos falar com cadeiras. Porém, na última quinta-feira, quando fomos a Montes Claros, esta Comissão, junto com V.Exa. e os demais Deputados, ao ver tantas pessoas lesadas parcial e cronicamente, inclusive com perigo de morte, eu não poderia me furtar de fazer um único e último questionamento a ele.

Sr. Zandonai, como você se sentia abrindo o tórax de um paciente sem a mínima necessidade?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista são procedimentos minimamente invasivos: eles não têm corte; eles não têm abertura de tórax; eles não têm nenhum desses fatos apontados.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Certo. E como é que o senhor se sente colhendo cheques pré-datados para pagarem cirurgias que eram para ser feitas de graça?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Com relação a qualquer fato da investigação, eu, de novo, com todo o respeito, vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - E o último questionamento, Sr. Presidente: como o senhor se sentia sabendo que estava enganando pessoas humildes, que não tinham recursos para pagarem suas cirurgias e que, muitas vezes, vendiam até suas casas para fazer aquilo que não tinham a mínima necessidade?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Da mesma forma, em relação aos fatos relativos à investigação, eu vou permanecer em silêncio, exercendo o meu direito, de acordo com a orientação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Presidente, mais uma vez, visto que o Sr. Zandonai não irá responder aos questionamentos, eu me declaro satisfeito. Porém, só ressaltando o meu primeiro questionamento, quando eu falo de cirurgia em tórax aberto, não estou me referindo à cirurgia de grande porte, estou me referindo a um termo. Eu acho que, para qualquer médico que trata de coração o primeiro passo é ter coração, coisa que nós vimos faltar na última quinta-feira.

Mas estou satisfeito, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que a Secretaria passasse a lista dos Deputados inscritos.

Com a palavra o Deputado Dr. João.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Deputados.

Sr. Dr. Zandonai — não é isso? —, nós estivemos na sua cidade, Montes Claros, na semana passada e vimos ali uma situação bastante complicada na relação médico/paciente. Você foi um dos grandes acusados por pacientes e por diretores. Vimos que a sua situação realmente é complicada.

Você chegou, sentou aí, disse que estava de acordo com a CPI, disposto a ajudar a CPI. Então, existe certa incoerência entre o seu advogado e você. Você falou que queria ajudar a CPI, e o seu advogado está lhe freando. Há uma incoerência. Você está perdendo a grande oportunidade de mostrar para a sua cidade, Montes Claros, a seus pacientes e ao Brasil, que está nos assistindo neste momento, de provar que tudo isso é mentira, que a Polícia Federal lhe prendeu de forma enganosa. Você está perdendo a grande chance de mostrar para o Brasil que você é uma pessoa inocente. Mas o seu comportamento e o do seu advogado mostram que você é culpado de tudo e de todas as denúncias feitas contra você, complicando mais ainda a sua situação.

Vou fazer só uma pergunta, porque eu não vou ficar perdendo o meu tempo aqui com você. Só diga “sim” ou “não”. Tudo isso que foi falado em Montes Claros contra você, que a imprensa está falando contra você e que o *Fantástico* falou contra você é verdade ou não?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Novamente, eu respeito muito esta Casa e o trabalho que está sendo feito, mas preciso seguir a orientação de quem está me defendendo. Eu não tenho condições de me defender sozinho disso. E a orientação que tenho é para que eu exerça o meu direito de permanecer calado.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Com isso, você praticamente confirma que tudo que se fala contra você é verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado Alceu Moreira, neste momento, encontra-se ausente.



Com a palavra a Deputada Raquel Muniz. Quero aproveitar e já agradecer a Deputada Raquel Muniz e a sua equipe pela forma bastante generosa e muito prestativa pela qual se portaram quando nós estivemos lá na cidade de Montes Claros para tomar os depoimentos e fazer a nossa reunião lá na Câmara de Vereadores de Montes Claros. Os nossos agradecimentos em nome de todos os Parlamentares da CPI.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Quero agradecer o trabalho desta Comissão, de vocês lá na cidade de Montes Claros. Sempre que me perguntam acerca desta CPI, dessa visita na minha cidade, eu digo que Montes Claros foi o berço do SUS e que pode ser também o espaço que esta Comissão encontrou também para a gente fazer esse esclarecimento para o Brasil inteiro.

Nossa cidade não é a única no Brasil que passa por isso. E, por isso, eu prontamente quis colaborar com esta Comissão e recebê-los lá. Vi que trabalharam intensivamente, não tiveram horário de almoço; foram muitas horas, tanto de viagens quanto de trabalho também. A CPI produz este trabalho para hoje, porque não foi possível ouvir os médicos no dia em que a Comissão esteve lá.

Eu quero fazer um questionamento como médica mesma. Aqui nesta Comissão, há vários médicos, inclusive o nosso Presidente, Deputado Geraldo Resende. Quando a gente termina, conclui o curso de Medicina, Zandonai, a gente faz um juramento. E faz parte desse juramento a gente poder colaborar com tudo para a saúde, para a vida do paciente. A gente não pode se furtar a isso em momento algum. Se alguém passar mal aqui nesta sala, como médicos, nós temos a obrigação, porque juramos socorrer pessoas.

Eu sou médica na minha cidade, sou geriatra; meu marido também, a formação dele é de médico. Nós tivemos já uma história triste — isso eu posso falar para vocês — na nossa família, o cometimento de um erro, mas o arrependimento é muito importante, porque provoca, às vezes, até o perdão. E uma das formas de a gente se arrepender é a gente colaborar, caso tenha ficado efetivamente algum erro. E, se não ficou, também deve ficar esclarecido que não ficou nenhum erro. A dúvida gera um desconforto.

Essa equipe que faz esse trabalho lá na nossa cidade é uma equipe de alta confiança. A minha sogra há pouco mais de 1 mês fez um procedimento de



colocação de *stent* com essa equipe no hospital que consideramos o maior hospital de Montes Claros, que é a Santa Casa, onde eu tive os meus filhos, onde, se passarmos mal na rua, se o SAMU nos socorrer, queremos ser levados para esse hospital, porque confiamos no hospital. Essa equipe trabalhou também no outro hospital, no Dilson Godinho. Então, foram vários pacientes atendidos.

Eu quero dizer a você que você está aqui com o seu advogado, e eu sou Deputada de primeiro mandato. Nesta CPI há parlamentares muito experientes, que têm participado de outras CPIs aqui na Casa. Para aqueles que vêm aqui e efetivamente colaboram, a gente tem um olhar diferenciado mesmo, e isso pode ser importante, inclusive, para a questão do CRM, que pode chegar ao ponto de ser cassado.

Então, eu acho que você tem que colaborar como médico também. Essas pessoas estão lá em dúvida; entre elas, eu incluo minha própria sogra, idosa. Quando eu chego à minha região, no final de semana, eles nos procuram. Eu tenho pedido — e pedi lá na CPI também — para os dirigentes da Santa Casa e do Dilson para criar um ambulatório para atender essas pessoas que têm dúvidas acerca disso, porque isso está gerando um desconforto para as famílias.

Tecnicamente, 2 meses atrás, a equipe... A gente tem verdadeira confiança e sabe, como médica, historicamente, que muitos pacientes foram cuidados por você e pelo seu irmão, o Gerson, que chegou à nossa cidade primeira, junto com a esposa dele. Vocês são pessoas muito conceituadas lá.

Jesus disse: “*perdoar inúmeras vezes.*” Mas a pessoa tem que ter o coração aberto. Eu sei que você está com o seu advogado. Eu não sei se os outros médicos que vão falar em seguida estão com o mesmo advogado, se é a mesma conduta, mas é a oportunidade que você vai ter aqui. E cada um é diferente, cada um escuta o questionamento desta Comissão e reage diferente. Nós já participamos de outras CPIs aqui, em que havia uma verdadeira organização, mas um falava uma coisa; em seguida, outra; depois, posteriormente, a Comissão tinha que se reunir para fazer uma acareação mesmo.

Então, eu acho que é oportunidade para você efetivamente — agora sim, você que já cuidou de muitas vidas — abrir seu coração para a gente confortar essas pessoas que estão lá.



A minha pergunta, enfim, para que você possa nos responder, é se efetivamente vocês estão levando a culpa de todo esse processo sozinhos. Há um hospital que contratou vocês para trabalhar, que confiou no trabalho de vocês, que emite as notas do trabalho que vocês fazem e que coloca a culpa em vocês. Não dá para entender que um hospital, que tem um almoxarifado, que tem o poder de compra, o poder de pagar, que esse hospital não conheça todo o trabalho de vocês. A gente quer saber se o hospital efetivamente conhece todo o trabalho de vocês, tanto tecnicamente, como na questão das compras, dos *stents*, dos instrumentos, dos aparelhos que chegaram lá. A gente sabe que uma equipe médica sofre uma pressão mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - E a gente quer que você possa responder, efetivamente, qual é a participação dos hospitais nesse problema já investigado pela Polícia Federal e, agora, pela nossa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Sr. Zandonai Miranda, as suas respostas.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Eu agradeço, primeiramente, à Dra. Raquel Muniz pelas colocações com relação à parte técnica da nossa equipe. Eu acho que isso, na cidade, ela é muito bem conhecida. Eu acho que nós realmente estamos sendo acusados de algumas situações que futuramente irão ser esclarecidas no seu determinado tempo. Ela fez outras colocações e outras perguntas que eu preferia não entrar nesta questão por orientação do advogado.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sob risco de estar com chance de perder o seu CRM, porque não está cumprindo o juramento médico, que você fez na sua formatura.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Então, segundo a orientação da minha defesa, como eu disse, eu sou médico, até então eu só exercia essa prática em todos os períodos da minha vida, de manhã, de tarde, de noite e de madrugada. Eu não tenho condição de me defender de outra forma. Por isso, eu preciso neste momento de uma equipe que me faça isso. Então, eu estou seguindo a orientação dos meus advogados, que é permanecer em silêncio em qualquer fato que seja da investigação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Terminou, Deputada Raquel?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

Passo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Zandonai Miranda, seu advogado, nós que estivemos em Montes Claros e que lemos toda a documentação, com a narrativa e as acusações as mais variadas, estamos absolutamente convictos — e não queremos fazer nenhum pré-julgamento —, de que nós estamos frente a uma rede criminosa.

E ela é de tal maneira covarde, sórdida, criminosa, porque chega numa pessoa indefesa, que vai absolutamente com o coração aberto para frente de um médico, se expõe da questão melhor que dispõe, que é a sua vida, o maior valor que pode, e, aí, o cidadão olha para ela, para mim, que venho da colônia, como se fosse um suíno a ser carneado logo, um minuto depois. *“Vou carnear esse cara ou essa senhora; vou meter uma faca aí; vou dizer para ela que eu botei tantos stents; vou roubar um pouco do Sistema de Saúde. Roubo um pouco das vacas que ela tem que vender para me pagar. E, aí, o que acontece depois? Se ela viver, viveu, se morrer, morreu. Também não faz muita diferença para mim”*. Isso é o que nós estamos vendo.

Tu imaginas que nós todos aqui temos a mesma situação. Imagine, nós, eu, por exemplo, que não sou médico, na frente de médico cardiologista, cirurgião. Ele olha para mim e diz: *“O senhor está com a sua coronária comprometida; o senhor tem que fazer uma cirurgia; o senhor está com risco de vida”*. Eu acredito imediatamente, se ele disser o seguinte: *“Olhe, a única forma de sobreviver é vender a casa que tu tens”*. Lá se vai minha casa. Antes a vida do que a minha casa!

Essa condição constrangedora, absolutamente covarde, porque ela é frontal e não permite a defesa do outro lado. A pessoa não sabe o que fazer da vida. Pois bem, nós estamos vendo no Brasil inteiro centenas de pessoas vítimas desse processo. Onde começa o crime e onde termina? Isso é que é importante. Como é uma coisa que, num determinado momento, quem pratica se acha acima do bem e do mal, fica simples fazer, não tem ninguém fiscalizando. Afinal de contas, eu sou



médico, estou com esse jaleco branco, quem é que vai desconfiar de mim? E pela facilidade, pela permissividade, o ato se transformou numa coisa corriqueira e comum.

Então, o crime é sempre igual. Ele começa com um safado, que é dono de uma empresa ou de equipamentos, com um vigário, que é dono de uma empresa dessa; ele monta um sistema em rede, como se estivesse vendendo perfume, desses que se vendem em rede, em que se dá um aumento, um troco para um. Se pegar mais três ou quatro, eu dou um troco, se pegar mais quatro ou cinco, eu monto essa rede. É uma técnica comercial absolutamente normal, não fosse o fato de se estar lidando com o coração de terceiros, de pessoas. Começa na fábrica, a fábrica vem e convence.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Deputada Raquel, de que a rede criminosa não tem só o médico. O médico é fundamental, porque, nesse time do crime, ele é o Camisa 10, ele é o que está no meio. Agora, para ele acontecer, tem que ter o laboratório criminoso, tem que ter a propina como incentivo, com o valor, o quanto se paga, tem que ter o hospital, tem que ter o cidadão do almoxarifado, tem que ter gente da direção, tem que ter gente que sabe. É um esquema completo. É uma quadrilha, absolutamente, bem montada.

Eu me nego a fazer pergunta, porque não costumo perguntar para poste. Se o cidadão não quer responder nada, então, que não responda, mas pode ter certeza de que nós vamos até a última gota para informar ao Ministério Público e à Polícia Federal, de tal maneira que uma atrocidade dessa não continue acontecendo no nosso País. No momento em que estou falando para você, certamente, alguém está de pé na frente de um médico, provavelmente despido, meio constrangido, olhando para ele, como se ele fosse ajudar a melhorar sua vida. E pode estar na frente de um criminoso, que está olhando para ele, como se fosse um objeto para ganhar um pouco mais de dinheiro, roubando do sistema de saúde. O que toma dinheiro da saúde como ela está, quem toma 30 mil do sistema SUS certamente deixou morrer tantos outros nas filas, nos corredores de hospitais, nos corredores, como se estribaria fosse, porque não têm como ser atendidos, enquanto o dinheiro do SUS parou no bolso alheio de quem não devia estar.



Então, o que causa para nós é ânsia de vômito, é repugnância de ver que isso ocorre num setor em que a confiabilidade seria de fundamental importância. Alguém que fez um juramento, botou um jaleco, jurou que ia cuidar da vida de terceiros — o bem maior de qualquer pessoa —, está à frente de uma rede criminosa, em que as pessoas não passam de um objeto de cobiça para enriquecer de maneira ilícita a quem lida com a vida dos outros.

Lá, em Montes Claros, eu vi uma menina com a perna mancando. Ela contou para nós que foi fazer um exame de ovário e disseram que tinha que fazer uma intervenção no útero, fazer uma intervenção pela veia. *“Porque é isso, porque é aquilo.”* E deu tudo errado. Ela ficou em coma, ficou no hospital. E está o resto da sua vida com sequelas, com algo que não precisaria ter acontecido. Outros médicos disseram: *“Isso não precisava ter acontecido. O exame era simples”*. Mas, como é que vai chegar, sem passar por lá? Se não passar, não passa pela cobiça de tomar alguns trocados. Então, tem que passar pela veia. O cidadão tem uma tosse, passa pela veia. Não tem conversa. Qualquer coisa passa por lá, porque tem que abrir e colocar *stent*. Quantos peitos têm cicatriz sem nada dentro? Quantos? Hoje, um cidadão, que *(ininteligível)* a memória, uma cicatriz. Certamente, privado de fazer... Ou seja: *“Não pode isso, não toma aquilo, não come tal coisa, ou tem problema cardíaco”*. Privou-se de tudo. *“Não faz esforço, não sobe escada.”* É um mundo de coisa que ele não pode fazer; quando o cidadão poderia fazer tudo. Apenas se fez um aconselhamento para justificar essa roubalheira interminável.

Nós estamos profundamente indignados, e eu tenho absoluta certeza, meu querido Relator, André Fufuca, de que nós vamos até às últimas consequências para informar a quem quer que seja, porque nós somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós somos Parlamentares, saímos de diversos setores, a maioria nem formação em Direito tem, nós não temos essa clareza de poder encaminhar tudo, mas nós damos luz ao labirinto escuro e colocamos certamente o criminoso na marca do pênalti, para que a Polícia Federal e o Ministério Público possam tomar as providências.

Tomara que alguém que aja dessa forma tenha o seu registro profissional cassado, para que nunca mais tenha condição de sangrar ninguém, ao invés de fazer cirurgia para melhorar a vida das pessoas. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado Alceu Moreira não fez nenhum questionamento, só algumas constatações.

Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Obrigado, Presidente. Bom dia a todos os participantes desta CPI.

Eu também não vou fazer perguntas, porque não vale a pena a gente inquirir quem não quer responder. Eu queria dois aspectos abordar, Sr. Presidente. O primeiro, é que nós estamos concluindo, provavelmente, em breve, a CPI — tudo indica que talvez não seja prorrogada —, e uma constatação importante a gente não pode deixar de fazer aqui.

Eu gostaria muito de perguntar ao profissional que está aqui hoje presente, mas não o farei, porque ele já disse reiteradamente que não vai responder, se ele responde a algum processo no Conselho de Medicina no Estado de Minas Gerais. Provavelmente, não, porque não tem sido prática corrente das entidades médicas. E eu, como médico, não posso deixar de registrar minha insatisfação quanto a isso. Infelizmente, está evidenciado que a fiscalização corporativa não dá conta de coibir situações dessa natureza. A gente sabe que essa não é a prática, não só das entidades, dos Conselhos de Medicina. Infelizmente, as corporações, ao invés de protegerem a sociedade, tendem a proteger os seus membros, mesmo quando fazem parte de práticas criminosas, como as que vêm sendo alvo de apuração desta CPI.

A mesma prontidão de atuação que a gente tem visto no Conselho Federal de Medicina... Esta semana, inclusive, tiveram a pronta iniciativa de responder a uma entrevista do Dr. Cláudio Lottenberg, numa revista de grande circulação. Ele defendeu o Programa Mais Médicos e fez críticas generalizadas a comportamentos individualistas que podem ocorrer com alguns profissionais. Imediatamente, o CFM fez questão de responder, criticando o Programa Mais Médicos e atacando a entrevista do Dr. Cláudio Lottenberg. Prontamente, mobilizaram-se para dar essa resposta. Mobilizam-se, inclusive para continuar uma sórdida campanha, dentro do meio médico, contra a Presidenta Dilma, sob a égide de uma tal Ordem dos Médicos do Brasil, que não existe formal nem legalmente. Há denúncias, inclusive, de que essas ações são financiadas através dessa Ordem dos Médicos do Brasil com a



convivência, no mínimo, de dirigentes das entidades médicas nacionais em alguns Estados.

Nós não podemos deixar de registrar, Presidente — e o nosso nobre colega André Fufuca, apesar de ser uma situação difícil, porque nós somos médicos —, que, em todas as apurações feitas por esta CPI, em nenhum momento, identificamos, pelo menos até onde eu me lembre e até onde eu presenciei — Deputado André, caso eu esteja errado, por favor, me corrija —, uma atuação adequada, célere e pronta dos Conselhos de Medicina, em nenhum dos casos que foram apurados. Não identificamos nesse caso de Minas Gerais, nem no caso do Rio Grande do Sul, nem no caso do Rio de Janeiro, nem no caso do Conselho Federal de Medicina. Infelizmente, nós não podemos deixar de marcar e evidenciar, no relatório desta CPI, a incapacidade de, no mínimo, para não usar uma palavra mais forte, uma provável convivência das entidades que deveriam estar zelando pela prática profissional. Essa é a primeira questão que eu queria registrar.

Segundo, nós temos que apontar medidas que visem a evitar que situações dessa natureza ocorram. Felizmente, quero deixar bem claro, essa prática não é a prática da maioria dos profissionais. Felizmente! Senão nós estaríamos realmente numa situação de calamidade. Mas acontecem situações dessa natureza.

Recentemente, fui comunicado por um colega médico, Presidente Geraldo — pasme! —, sobre a possibilidade de cirurgias desnecessárias. Foi comentado que ele recebeu uma paciente na Emergência, com um quadro típico de apendicite, todo sugestivo de apendicite. Mas ela referia que já tinha feito a apendicectomia anteriormente. A paciente tinha uma cicatriz, como deveria ser uma cicatriz cirúrgica de apendicectomia. Como o quadro evoluía laboratorial e clinicamente, tudo indicando se tratar de uma apendicite, o médico resolveu operar a paciente buscando identificar o problema. E, ao fazer o procedimento cirúrgico, identificou que a cicatriz era apenas superficial, o apêndice continuava lá. Abriram a paciente, operaram como se fosse um procedimento de apendicectomia. Não foi plano de saúde, não. Foi cirurgia particular, privada, paga em dinheiro, em *cash*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Jorge Solla, eu gostaria que V.Exa. concluísse. Nós temos que ouvir outro médico e, depois, nós temos, em outra sala, uma audiência reservada.



**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Então, Presidente, infelizmente situações como essa acontecem, apesar de que felizmente não é com a maioria dos profissionais. Mas nós não podemos mais ser conviventes com essa situação na área de saúde.

E, aí, eu queria registrar três medidas que acho fundamentais. Criminalizar a chamada propina. Criminalizar, impedindo, inclusive, contratos de consultorias de médicos com empresas distribuidoras de órteses e próteses. Porque a gente já verificou que esses contratos são uma forma de legalizar os pagamentos de propina. Nós temos que criminalizar essa prática porque, se é apenas um ato antiético, já vimos que a apuração dos conselhos não resolve. Segundo, viabilizar que o registro das distribuidoras e o alcance delas seja nacional, para quebrar o cartel territorial.

Por fim, Presidente, eu estava conversando aqui com o colega Fábio Mitidieri sobre um projeto que foi apresentado na legislatura anterior pelo Deputado Rogério Carvalho. O Deputado o reapresentou sob o número 380. Eu não sabia que ele tinha reapresentado, e o reapresentei logo depois com o número 657. Já conversamos com o ex-Deputado Rogério Carvalho. O Deputado Fábio já fez vários contatos também; e eu conversei com o Ministro da Saúde sobre o assunto. Gostaria, o mais breve possível, que pudéssemos discutir esse projeto, porque ele atribui à CAMED, que hoje faz a regulação dos medicamentos, a regulação de órteses e próteses, inclusive a fixação de preços, normatização e tudo mais.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Desculpe. Atribui a quem, por favor?

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - À CMED, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência mais uma vez faz um apelo aos Srs. Deputados. Todos esses projetos deverão ser incorporados ao relatório final da CPI para sair como projeto da CPI, projeto da CPI. Esse foi o acordo que nós celebramos desde o início desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - É essa a ideia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Então, eu gostaria que esse projeto pudesse ser encaminhado ao Relator para que ele pudesse estar na



parte específica da legislação, que nós havemos de apontar para poder sanar e debelar essa situação com a qual todos nós estamos aqui indignados.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Presidente, só para registrar que essa é a nossa ideia, tanto nossa quanto do Deputado Fábio. Ele está na Comissão de Defesa do Consumidor, está tramitando lá. E o Relator é o Deputado Ricardo Izar.

Então, um projeto da CPI seria muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Adelmo Carneiro Leão. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Sr. Presidente, estou retirando a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado Adelmo abre mão de sua inscrição.

Deputado Pastor Franklin.

Eu gostaria, mais uma vez, de dizer que existem mais dois depoimentos. Seria importante nós acelerarmos esse processo, para ouvirmos o depoimento reservado, que deverá dar contribuições efetivas para a nossa Comissão.

Eu acho que o mesmo procedimento que o Dr. Zandonai Miranda está tendo aqui vai também ser extensivo ao seu irmão, o Dr. Gerson Miranda. Logicamente, se dermos celeridade, nós poderemos ouvir uma audiência reservada, que, de fato, poderá dar luz às situações que estamos vivenciando aqui. Por isso eu peço celeridade aos colegas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Sr. Presidente, Sr. André Fufuca, Deputado Geraldo Resende e demais Deputados, é com prazer que estou aqui.

Eu gostaria de fazer uns questionamentos, apesar de que o doutor não tem respondido algumas coisas. Mas eu gostaria de fazer uns questionamentos. Eu acredito que cabe uma resposta.

Eu gostaria de saber se o senhor se considera uma pessoa correta em sua vida pessoal, em suas atitudes. O senhor se considera uma pessoa honesta, correta, e que tem procurado agir na sua legitimidade, com a mais sinceridade e possível retidão na sua profissão?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Eu vou... Só para... Eu vou estender um pouso essa resposta, até pra questão de conhecimento de todos aqui. A primeira



resposta é sim. Continuando isso, eu gostaria só de deixar claro que, na minha especialidade, eu não tenho pacientes. Eu só realizo procedimentos solicitados pelos colegas. Todos os procedimentos que estão sendo investigados e os que não estão sendo investigados não foram solicitados por mim. Entendeu? Então, qualquer... Se tem uma solicitação, só para exemplificar, de um, dois, três *stents*, se há uma solicitação para fazer uma embolização, se há qualquer tipo de... essa solicitação não é feita por mim. Eu só realizo procedimentos. Então, só para esclarecer. E sua resposta é sim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Sem mais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Franklin Martins.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Martins não. É uma honra, mas é Franklin Lima mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Pastor Franklin.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Sem mais perguntas, eu só queria ouvir essa declaração.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Zandonai.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado André Fufuca.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Os médicos solicitantes também foram presos na operação?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Não. Os médicos... Todos os casos da instituição, que a Dra. Raquel até citou, todos os casos da instituição Santa Casa são casos discutidos — ela é uma instituição de ensino que tem alunos e tem residentes —, todos os casos são discutidos em reunião clínica cirúrgica, com participação de médicos hemodinamicistas, de cardiologista clínico e de cirurgiões cardíacos. Ao final dessa discussão de todos os pacientes que realizaram procedimentos, é feita uma ata. Essa ata é assinada por todos os participantes. Daí, então, se procede a solicitação para autorização dos procedimentos. Então, reiterando, eu só realizo procedimento que foi solicitado, discutido anteriormente. E a sua resposta é não. Esses médicos não.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente, só uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Só 1 minutinho, só para completar.



**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Desculpe, desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado André Fufuca.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Zandonai, no caso, então, ao que o senhor deve a sua prisão? Por que você acha que foi preso? O seu advogado arguiu, inclusive, que foi uma prisão arbitrária, que os principais envolvidos não estariam... Eu lhe pergunto: se você apenas operacionalizava, quem fazia a solicitação e o furto de materiais eram outros médicos, por que só o senhor foi preso na operação? Aqui você pode dar seu ponto de vista pessoal.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Eu acho que essas questões posteriormente vão ser respondidas, mas, neste momento, com relação às questões que estão relativas ao processo, eu ainda vou permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Rapidinho, só para complementar a informação, eu acho que é pertinente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Mário Heringer.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sou eu.

O senhor participava dessas reuniões clínicas?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Nessas reuniões clínicas, após as reuniões clínicas... Ficou determinada a intervenção cirúrgica, o senhor sempre encontrou, nas suas intervenções — e aí, eu, como cirurgião, também posso fazer uma correlação, às vezes, a gente previamente acha uma coisa, chega lá e acha outra para fazer —, o senhor encontrou erros nos diagnósticos ou equívocos nos diagnósticos dessas reuniões clínicas?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Como médico, o senhor sabe que nem sempre o que é solicitado, fazendo uma análise, no momento do procedimento, é daquela magnitude. Ele pode ser minimizada ou até majorada. Então, isso ocorre. Mas isso são casos de exceção, são casos de exceção. Só para exemplificar alguns questionamentos: essas acusações que foram feitas a mim, são casos pontuais num universo de muitos procedimentos. O procedimento intervencionista é um procedimento rápido, é feito em larga escala. Então, aproveitando o que o Exmo.



Pastor Franklin falou, eu me considero, sim, uma pessoa que tentou fazer o melhor possível. Porque nós estamos falando de um universo de dez, quinze procedimentos, sendo que, nesse período investigado, foram realizados mais de 7 mil procedimentos, com total correção.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Nessas reuniões clínicas — só mais 1 minutinho, Sr. Presidente — os equipamentos, as próteses, as órteses e os equipamentos que seriam usados eram pré-determinados em relação à cirurgia, ao ato operatório? (*Pausa.*)

Não sei se o senhor não me entendeu. Vou tentar dar um exemplo para facilitar. Aqui na reunião clínica, nós decidimos que temos que botar um, dois, três ou quatro *stents*, e que esses um, dois, três ou quatro *stents* serão farmacológicos ou não. Eles serão de um tipo ou de outro. Isso é feito previamente ou escolhido na hora em que se está no campo operatório?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - A escolha do tipo de material, ela é totalmente dependente da questão técnica. Existem situações específicas que exigem ou que sejam sugeridos que se utilize uma categoria de material ou não, sendo *stents* farmacológicos ou não farmacológicos. Então, isso era discutido na reunião clínica com a participação de todos os médicos do corpo clínico-cardiológico da Santa Casa.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Só mais uma pergunta, para encerrar, meu Relator, meu Presidente. O material, a empresa fornecedora era escolhida por essa reunião clínica? Era uma decisão do cirurgião que efetuava a cirurgia ou da direção do seu hospital?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Quem é médico aqui ou quem tem a oportunidade de vivenciar o hospital sabe que todo o controle de material, seja ele material de pequeno, médio, baixo custo, é feito pelo hospital, bem como a escolha de qual empresa vai fornecer o material.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Se eu puder fazer mais uma pergunta, eu vou fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Pode terminar. Depois, passarei para o Deputado André Fufuca, e, em seguida, eu vou fazer um questionamento.



**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sabendo que o motivo desta CPI é exatamente investigar as relações não convencionais, vou chamar assim, entre fornecedores de material, médicos fazendo implantes e recebendo um dinheiro por fora, uma propina, sabendo disso, o senhor atribui a responsabilidade à direção do hospital na compra dos equipamentos e de recebimento dessas propinas nesse hospital, especificamente?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Com todo respeito à sua pergunta e à sua pessoa como participante da Casa e como médico, eu vou, a partir de então, exercer meu direito de permanecer calado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Zandonai, na última quinta-feira, quando estivemos lá, em Montes Claros, não foi uma, nem foram duas testemunhas que disseram que vários e vários médicos dentro da Santa Casa faziam, primeiramente, uso de cirurgias superfaturadas, e uso desnecessário de cirurgia. Não foi só uma pessoa, foram várias.

Para ser bem sincero, a única pessoa que disse que não havia isso na Casa foi o diretor da instituição. Porém, todos os médicos depoentes e pessoas que falaram foram fidedignos em sua colocação: existe o pagamento de propina a médicos dentro do hospital, existe superfaturamento, e existe o uso de cirurgia desnecessário.

Eu lhe pergunto: você, mais de uma vez, disse que foi preso de forma arbitrária, que não teve vínculo com isso e que apenas operacionalizou as cirurgias, sendo que as principais pessoas que fizeram não estão hoje respondendo ao que você está. Quais foram os médicos que efetuaram essa prática criminosa?

Eu lhe faço esta pergunta até como uma forma de aliviá-lo. Aqui nós estamos em uma CPI, o Brasil inteiro está lhe vendo. É uma forma de você aliviar a culpa que você está carregando só. Como você mesmo falou, você está carregando uma culpa que não é sua. Porém, aqueles culpados estão soltos, em casa, dormindo, acordando com suas famílias, com seus amigos, enquanto o seu círculo pessoal e de sociedade está fechado mediante este processo que você está respondendo.

Então, eu lhe pergunto mais uma vez: quem são os verdadeiros criminosos dessa máfia na cidade de Montes Claros?



**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Com todo o respeito ao senhor, eu sei o interesse que os senhores têm de chegar a essas respostas, e eu acho que sinceramente vocês chegarão a elas, entendeu? Eu acho que não tem dúvida, tanto vocês como a Dra. Raquel Muniz, que está muito empenhada nessa situação, vão chegar às verdadeiras respostas, mas não cabe a mim aqui, até porque eu não tenho condição de fazer isso, fazer essas colocações. Então, nesse sentido, eu vou permanecer ainda calado.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Sr. Presidente, está encerrado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Um minutinho, Deputada.

Conforme a Presidência já disse, nós temos mais dois depoimentos. O depoente se nega a responder aos questionamentos. Logo depois nós vamos chamar o seu irmão, Gerson Miranda, para fazer o depoimento.

Então, eu estou inscrito para fazer alguns questionamentos e eu vou fazê-los. Primeiro nós temos aqui o depoimento de Eliana Alves Ferreira Veloso, depoimento de Rosalina Alves Moraes, depoimento de Walquiria Souza Lima, depoimento de Giesta Ferreira Sales, depoimento de José Cabral dos Santos, depoimento de Maria Elcy Alves da Silva, depoimento de Eustáquio Lopes de Melo, depoimento de Eleuza Maria Alves, depoimento de Demetrius Mota, todos eles reportando no mesmo *modus operandi*.

O senhor disse, há pouco, que não tem paciente, que o senhor é somente hemodinamicista, que o senhor faz procedimentos. Mas todos esses depoimentos aqui mostram claramente que existia um grupo de médicos. Inclusive, o senhor deve conhecer o Gerson Miranda. O senhor deve conhecer o Vagner Vinícius Ferreira, que deve ser da mesma equipe, da equipe do senhor, e que tinha o procedimento de colocar *stents* oriundos do Sistema Único de Saúde. Segundo os depoimentos e também a investigação da Polícia Federal, *stents* do Sistema Único de Saúde eram colocados em pacientes de plano de saúde e pacientes particulares.

Há vários depoimentos que mostram que havia cobrança por fora, seja de 10 mil, de 20 mil, de 30 mil para se colocar esses *stents*. Há, inclusive, em depoimentos que não se sabe com certeza se foi colocado um, dois, três, quatro ou cinco *stents*.



Sabemos também que o senhor, bem como a equipe, é tido como referência da cardiologia intervencionista em Montes Claros. A mesma situação que a Deputada Raquel Muniz colocou, eu também posso colocar a situação pessoal: o meu sogro também fez uma cirurgia cardíaca com a sua equipe, e hoje há lá em Montes Claros uma situação bastante clara — Montes Claros com clara. Todo mundo está apreensivo quanto a se foram feitos ou não os procedimentos, se foram ou não colocados os *stents*.

Eu pergunto ao senhor: o senhor conhece esses dois médicos que eu citei aqui, Vagner Vinícius Ferreira e Gerson Miranda?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O senhor já tem conhecimento desses depoimentos que foram feitos?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Não tem.

Eu gostaria de perguntar: é do senhor a apreensão de 5 milhões na sua conta corrente nessa operação, ou é do seu irmão? Cinco milhões em conta corrente em uma agência lá em Montes Claros.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Quanto aos fatos relativos ao processo, eu vou permanecer no direito de ficar calado, mas, da mesma forma, com relação a mim, eu posso responder que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu pergunto também ao senhor: houve um caso de uma paciente, que, inclusive, o Deputado Alceu Moreira reportou aqui: uma paciente que desejava, com muita ansiedade, uma gravidez. Foi submetida a uma cirurgia de embolização de artéria uterina. Essa cirurgia deu uma complicação e uma seqüela. A paciente hoje esteve presente lá, e todo mundo viu que ela tem dificuldade de locomoção. Teve trombose, passou por várias intervenções cirúrgicas na sua perna, passou por várias cirurgias, como reanastomose de artérias, para que ela não tivesse a sua perna amputada.

Eu, como médico ginecologista e obstetra, sei muito bem que esse procedimento é de altíssimo risco, é feito, inclusive, em grandes centros e às vezes até de forma experimental.



O senhor teve conhecimento disso? O senhor participou dessa intervenção nessa paciente?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O senhor conhece uma empresa chamada Angiomoc?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Essa empresa é de fachada e está sendo investigada pela Receita Federal?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Essa empresa existe há mais ou menos, se eu não me engano, 8 ou 10 anos. Tinha local, era fácil de encontrar, tinha funcionário, tem equipamentos. Não entendo, nem eu nem o nosso advogado entende, como é uma empresa assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O senhor conhece a empresa Signus do Brasil e a Biotronik, que, segundo informações, pagava mensalmente a sua equipe 20 mil para cada médico e a outra pagava 15 mil para cada médico da sua empresa num sistema chamado comissionamento, que para todos nós é uma espécie de propina? Propina é o nome que se dá dentro do *modus operandi* das quadrilhas, conhecida por comissionamento.

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Essas duas empresas citadas são empresas conhecidas por todo médico hemodinamicista do Brasil, porque elas são talvez as líderes de mercado ou estejam nesse patamar. Com relação à segunda colocação, eu vou permanecer no direito de ficar calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O senhor nem cada um dos membros da equipe do senhor recebiam mensalmente qualquer tipo de recurso dessas duas empresas?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Reiterando, segundo orientação do meu advogado e da minha defesa, eu vou exercer o direito constitucional de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputada, eu vou passar para o último inscrito. O Deputado Fábio Mitidieri está passando a palavra à Deputada Gorete Pereira. Com a palavra a Deputada Gorete Pereira. Depois nós



encerraremos com o Deputado Fábio Mitidieri, para depois chamarmos o próximo depoente.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Gostaria apenas de fazer uma observação. Todas essas denúncias que foram feitas não podem ser descoladas. Por exemplo, o médico não pode ser descolado do diretor do hospital, como se está querendo deixar claro aqui. Não é possível, porque quem faz as indicações de tudo isso não é o diretor do hospital. O diretor do hospital compra o material.

Eu gostaria de saber se o senhor tem a estatística de quantos stents o senhor colocou no decorrer da sua vida médica?

**O SR. ZANDONAI MIRANDA** - Não, não tenho.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Não tem? Não tem essa estatística? No mais, Sr. Presidente, quem cala consente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Fábio Mitidieri.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI** - Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, eu gostaria de saber, já que eu não peguei o início, se o depoente está aqui sob algum *habeas corpus* preventivo, liminar ou algo assim?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O depoente está aqui como investigado, mas, logicamente, são reservados a ele todos os direitos constitucionais, como o de não fazer autoincriminação.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI** - Mas ele está se negando a responder a maioria das perguntas. Se V.Exa. desse ordem de prisão, ele teria vontade de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Ele exerce o direito constitucional de permanecer em silêncio. Vai ser garantido esse direito a ele.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI** - Esta Casa tem poder de polícia para isso. V.Exa. sabe disso e sabe que ele está se negando a falar. O máximo que ele chegou a fazer foi colocar a culpa nos hospitais, quando o Deputado Mário Heringer falou. Ele colocou aqui muito claramente: *“Não. Quem compra é o hospital, quem encaminha é o hospital. Eu só faço operar.”* De inocente, não há ninguém.



A verdade, Sr. Presidente, com todo o respeito, é que a gente às vezes fica cansado de chegar aqui e ver a máfia de branco, de jaleco, aqui dentro, falando, dando essa de inocente, e a gente tendo que engolir. Eu acho que está na hora de a gente ter uma posição mais dura, porque, dessa forma, não vai a lugar nenhum.

É isso. Eu não tenho nada a perguntar, porque ele vai mentir ou vai ficar calado. Então, não adianta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Nós vamos continuar tendo o mesmo procedimento do início da CPI. Está bom, Deputado?

Então, eu agradeço ao Sr. Zandonai Miranda a sua participação e determino à equipe da Secretaria da CPI que conduza o Sr. Dr. Gerson Miranda até este plenário. O Dr. Zandonai e seu advogado estão dispensados.

Sras. e Srs. Deputados, o depoente a seguir deverá ter o mesmo tipo de procedimento. Eu, até para economia processual, estou perguntando aqui aos Relatores — ao Relator-Geral, o Deputado André Fufuca, e ao Sub-Relator, o Deputado Odorico Monteiro — e aos Deputados se nós vamos fazer os questionamentos bem rápido ou se a gente se abstém de fazer questionamentos, porque é o mesmo advogado. Ele vai também exercer o direito constitucional de permanecer calado. Nós podemos dar uma celeridade?

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Nós gostaríamos de saber a postura de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI** - É. Eu queria uma atitude mais firme, Presidente.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - A dele nós já sabemos. Nós precisamos saber a postura de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - A nossa postura vai ser a mesma postura que nós temos...

**O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI** - Presidente, não está tendo resultado.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - De não fazer nada, de não escutar nada, de não fazer nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Inclusive, baseado em jurisprudência do STF, ou seja...



**O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI** - Presidente, se o senhor der voz de prisão a um rapaz desse aí, vai dar vontade nele de falar e nos próximos, pode ter certeza. Agora, desse jeito, não estamos tendo resultado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Ele já foi preso e liberado pela Justiça de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI** - Aí ele vai começar a se acostumar a ficar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Nós haveremos de ter o mesmo tipo de procedimento que sempre norteou o trabalho da Comissão desde o seu início. Eu acredito que nós não podemos fugir desse itinerário que nós traçamos desde o início. Eu só gostaria de pedir a todos compreensão, porque eu acho que o próximo depoimento certamente vai dar luz e vai dar conteúdo ao trabalho da CPI.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Mas eu acho que é importante fazer perguntas, só para mostrar o cinismo e o mau-caratismo dele de não responder as coisas. Não precisa se prolongar nas perguntas, pois a gente perde tempo, mas podemos fazer perguntas duras. Se ele se negar a responder, quem cala consente, e isso prova para o País o quão eles são incorretos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Está bem, o.k., nós vamos ter esse procedimento.

Então, tem a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar aqui e fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Srs. Deputados, eu gostaria que V.Exas. falassem mais perto do microfone, num tom mais forte.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, gostaria só de fazer um registro. Está aqui, Deputada Gorete Pereira, o nosso pessoal do Viçosa Livre, um movimento que há na cidade de Viçosa do Ceará, estão aqui o Gilton Barreto e a Daniela Alves, que vieram participar da 14ª Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida no Brasil. Vieram caminhantes de Goiânia até Brasília.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Vieram para a Comissão certa.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Estão aqui na Comissão certa. Essa é a nossa briga aqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Que sejam bem-vindos. Quando eu fui estudante na gloriosa Universidade Federal do Ceará, inclusive fomos contemporâneos, o Odorico foi nosso calouro.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Fui calouro do Geraldo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu tive o privilégio de conhecer a querida cidade de Viçosa, lá na serra, inclusive tem um clima, para quem não conhece o Ceará, é um clima bastante ameno e totalmente desconforme das demais regiões do Ceará. Inclusive, faz frio lá em Viçosa, e há realmente um pessoal muito receptivo. É terra, inclusive, do grande jurista Clóvis Beviláqua, que tem um busto na praça central de lá.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Aproveito e registro aqui a presença do nosso Prefeito de Itapipoca, no Ceará, o Dr. Dagmauro, que está aqui presente. Itapipoca, que é a terra do Tiririca, nosso colega Deputado Federal, está completando 100 anos agora. Já entramos com um requerimento e vamos fazer uma sessão solene em homenagem à cidade de Itapipoca.

Sr. Presidente, também quero informar aos Srs. Deputados que a Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes, dentro da sequência dos fatos da CPI, criou um acordo setorial importante para o setor, e a ABIMO — Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios ficou fora. Então, eu queria que depois ouvíssemos essas duas entidades, para a gente entender como o setor está se organizando. Eu acho que é uma consequência importante da CPI, à qual a gente deve dar seguimento. Vou entrar com requerimento sobre esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

Eu convido o Sr. Gerson Miranda a tomar assento à mesa, junto com seu advogado, Marcio Gesteira Palma, que é o mesmo advogado do Sr. Zandonai Miranda.

Então, o Sr. Gerson Miranda já está sentado à mesa. Eu quero, mais uma vez, me reportar aos Srs. Deputados que o Sr. Gerson Miranda tem 20 minutos para sua fala acerca dos eventos da Operação Desiderato, conduzida pela Polícia Federal de Minas Gerais acerca da máfia das órteses e próteses naquela cidade.



Nós estivemos lá em Montes Claros, temos aqui as cópias dos vários depoimentos de várias pessoas que foram submetidas a cirurgias pela equipe da qual o Sr. Gerson também faz parte. Há aqui também parte do inquérito feito pela Polícia Federal e encaminhado ao Ministério Público. Nós gostaríamos que o senhor pudesse discorrer em 20 minutos, se o senhor não precisar de mais tempo, acerca desses procedimentos dos quais o senhor está sendo investigado.

Eu gostaria que primeiramente o senhor se apresentasse, dissesse a formação do senhor, qual sua especialidade, onde o senhor se formou, onde o senhor fez a residência, onde o senhor fez alguma outra pós-graduação ou algum outro estudo complementar.

**O SR. GERSON MIRANDA** - Boa tarde, senhoras e senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Fale mais perto do microfone, pois está sendo gravado.

**O SR. GERSON MIRANDA** - Boa tarde, senhoras e senhores, Sr. Presidente! Meu nome é Gerson Miranda. Eu agradeço a oportunidade de estar nesta CPI. Eu tenho 54 anos, sou formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais, tenho especializações em Clínica Geral, em Cardiologia, em Ecocardiografia, em Hemodinâmica, em Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada. Minha especialidade é Imagem Médica. Eu exerço a minha profissão única e exclusivamente na Santa Casa de Montes Claros, ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Gostaria de silêncio, por favor.

**O SR. GERSON MIRANDA** -... onde sou Coordenador da Hemodinâmica e da Cardiologia. Tenho atividades docentes, sou responsável pelos alunos das faculdades diversas de Montes Claros que passam pela Santa Casa e pelos residentes de Cardiologia também. Eu julgo muito importante esta CPI, tenho muito respeito pelos senhores, por esta investigação, mas, por orientação do meu advogado, eu vou exercer o meu direito de ficar em silêncio. Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Passo imediatamente ao Deputado André Fufuca, Relator desta Comissão, para fazer seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Gerson Miranda, farei três perguntas ao senhor. Nada mais do que isso.



O senhor considera sua prisão arbitrária?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Eu fui buscado em casa, sem direito a nenhuma defesa, de surpresa. Eu não sabia do que se tratava e que havia qualquer tipo de investigação a meu respeito. Sim, considero.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - O senhor compactua, da mesma forma como o Sr. Zandonai Miranda disse agora há pouco, que ele era o operacionalizador, que ele apenas operava, porém o fazia mediante o encaminhamento de outros médicos, de outras especialidades? Como o senhor acabou de dizer, o senhor era o coordenador da parte cardiológica. Eu lhe faço um questionamento: se ele apenas operacionalizava, a Cardiologia do hospital era responsável pelo superfaturamento, pelas cirurgias desnecessárias?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Eu me reservo o direito de não me manifestar sobre esse assunto.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Como prometido, a última pergunta das três: todos os depoentes, sem exceção, arguíram e falaram nos seus depoimentos que na Santa Casa eles pagavam propina a vários médicos. Vários e vários médicos foram citados. Na primeira operação que houve, nas prisões na Santa Casa, apenas o senhor e o Sr. Zandonai Miranda foram presos. Eu lhe pergunto: quem são os verdadeiros criminosos e culpados que mereciam ser presos na Santa Casa de Montes Claros?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Deputado, eu não tive acesso a essas declarações e eu não vou me manifestar a respeito.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Vai se reservar ao direito de ficar calado, então?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Presidente, como há pouco havíamos conversado aqui, eu sou favorável a dispensar aqueles que se recolherem ao silêncio, até porque a gente otimizaria o tempo da CPI, porém eu respeito a vontade dos outros Deputados. Se for conveniente aos outros Deputados e aceitarem ou quiserem que os depoentes fiquem, eu estou de comum acordo. Porém, quanto aos meus questionamentos, estou satisfeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Houve a petição do advogado, dizendo que ele ia permanecer calado e pedindo para poder realmente ser liberado. A conduta que nós temos, na qual nós vamos prosseguir — já vi o Dr. João levantar —, é de fazer os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Advogado não pode falar nada aqui, Presidente. Advogado tem que ficar calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Advogado tem que ficar calado. O senhor não pode falar nada. Só quem pode falar é ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Dr. João.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - O senhor não pode falar nada. O senhor não pode falar nada. Tem que ficar calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que o senhor se abstinhasse.

Eu gostaria, primeiro, de passar ao Sub-Relator, Deputado Odorico Monteiro, para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, eu considero que ficam prejudicados todos e quaisquer questionamentos em função da postura dele e do irmão dele, que já estiveram aqui nesta CPI. Eu vou passar para os outros Deputados, para a gente ganhar tempo, porque ainda temos outro depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Secretaria, por favor, traga-me a relação dos inscritos.

O Primeiro inscrito é o Dr. João, para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Presidente, desculpe-me a minha indignação. Eu fico indignado quando vejo um indivíduo desse que diz que é médico, esculhambando a nossa classe. Eu fiz um depoimento agora lá no Plenário, falando sobre isso, porque são 400 médicos no Brasil,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Quatrocentos mil médicos.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** -... quatrocentos mil médicos, e que a minoria que ele compõe, de que ele faz parte, está sujando a nossa classe e tirando todo o nosso conceito, o respeito que os pacientes têm por nós.



Então, pelo que eu vi, lá em Montes Claros, tinha que sair todo mundo preso daquela cidade, com exceção do Prefeito e dos pacientes que foram ali depor. Diretor de hospital, controlador de almoxarifado, os médicos que foram denunciados vêm aqui fazer a gente de palhaço, estão fazendo a gente aqui de palhaço, e nada acontece com esses indivíduos.

Então, Sr. Presidente, a gente tem que tomar uma postura um pouco mais radical na nossa CPI. Nós temos que fazer um requerimento ao nosso Presidente para que seja votada em Plenário a extensão desta nossa CPI, porque nós estamos trazendo grandes benefícios à sociedade e a nossa população, para que nós possamos ter condições de fazer um relatório digno do nosso trabalho, da confiança dos Deputados que aqui fazem parte desta CPI.

Vou ficar muito triste se isso não acontecer, porque o senhor é testemunha e todos são testemunhas do empenho que eu tenho tido desde o começo desta CPI. Não admito, por parte do Presidente nem de ninguém, qualquer suspeita sobre mim em relação à participação desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Vamos dizer Presidente da Casa e não o Presidente desta CPI.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Presidente da Casa, Presidente da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O Presidente desta CPI está acompanhando o seu trabalho aqui.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Eu soube de uns bate-papos nos corredores e não admito, por parte dele nem de quem quer que seja, qualquer suspeita sobre a minha participação e a minha conduta dentro da CPI.

Nós temos que ir ao Rio Grande do Sul prender aquele Sanches, prender aquela advogada. Nós temos que ver os hospitais federais do Rio de Janeiro. Para mim, a maior corrupção é os hospitais federais do Rio de Janeiro. Quanto ao plano dos Correios do Rio de Janeiro, o assessor esteve aqui e fez declarações aberrantes. Nós não podemos deixar passar isso em branco. Nós não podemos deixar um advogado vir aqui e cuspir na nossa cara. Não podemos fazer isso. O Congresso Nacional tem que ser respeitado.

Então, Sr. Presidente, desculpe-me o meu sentimento, mas eu estou propenso a pedir ajuda aos meus colegas para fazermos um requerimento, assinado



por todos, e levá-lo ao Plenário para votação, pedindo prorrogação desta nossa CPI, em função de algumas coisas que chegaram ao meu ouvido e que não me deixaram absolutamente satisfeito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k., Deputado Dr. João. Eu sou solidário e acompanho, desde o início, a sua intervenção aqui. V.Exa. tem sido um Deputado bastante presente e que certamente faz intervenções muito importantes, inclusive com vários requerimentos que deram substância a esta Comissão. O testemunho deste Deputado — e tenho certeza o do Deputado Relator, é que V.Exa. tem cumprido com muita eficiência o seu trabalho enquanto membro desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Pastor Franklin.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Mais uma vez, Presidente, obrigado pela oportunidade. Eu gostaria de fazer, sim, minhas colocações, parabenizando o amigo João aqui, porque a indignação dele é pela vida. Nós estamos aqui indignados e lutando pela vida da população, que é sofrida e ainda tem que enfrentar pessoas que aproveitam da debilidade humana para se beneficiar financeiramente.

Eu quero me dirigir direto ao Gerson Miranda e fazer umas perguntas a ele. Eu acho que não vai haver dificuldade nenhuma de você responder, assim como o seu irmão respondeu. Você falou que a prisão foi arbitrária e que você foi preso juntamente com o seu irmão. Eu faço uma pergunta para você: você continua afirmando que no seu caso a prisão foi arbitrária? Correto?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Você entende que a prisão do seu irmão também foi uma prisão arbitrária?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - No depoimento do Maurício, que é superintendente do hospital, ele afirmou que o seu irmão foi afastado, porque havia feito uma cobrança inadequada de uma pessoa, mas ele se corrigiu, reconheceu o



erro, propôs-se a devolver e foi afastado por 3 meses por esse erro. O Maurício disse que na época houve um comum acordo de médicos que solicitaram que ele retornasse. Quero lhe fazer uma pergunta: o senhor faz parte desses médicos que solicitaram o retorno do seu irmão para o hospital?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Não, senhor. Na época, eu era diretor do hospital e fui eu que determinei o afastamento do Dr. Zandonai, por 6 meses, que depois o provedor revogou por três.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Ah! No caso, foi o senhor que solicitou o afastamento?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Fui eu que estava no exercício da direção do hospital. No caso, fui eu que comuniquei a ele que ele estava afastado por 6 meses.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Certo. Depois foi diminuído para três, e ele retornou. O senhor também ocasionou o retorno dele?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Não, senhor. Ele voltou a pedido do bispo da Santa Casa.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Ah! Do bispo da Santa Casa.

Então, só mais uma pergunta, para concluir. Nesse caso, a prisão dele foi arbitrária, mas o senhor o afastou. O senhor o afastou por entender que ele cometeu realmente atos arbitrários?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Não, senhor. Eu só executei o que foi determinado pela comissão do hospital que investigou o caso e determinou a punição. Eu só executei, como diretor de Hospital. Eu não participei de nenhum julgamento, nem que determinasse o afastamento e nem o retorno dele.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Então, o senhor executou porque foi ordenado a isso, mas o senhor entende que ele é inocente no caso?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Eu não participei do julgamento do meu irmão. Eu não tenho nenhuma opinião a emitir para o senhor nesse caso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Não. Quanto à devolução do cheque dele, o senhor entende que isso realmente existiu?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Eu não tenho conhecimento de nada disso. Não tenho conhecimento.



**O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKLIN** - Não tem conhecimento. Então, está bom. Só isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Com a fala do Deputado Adelmo estão encerradas as inscrições para esse depoimento.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Primeiro, eu quero dirigir-me ao Presidente, aos Relatores, mas, de um modo muito especial, ao Dr. João.

Eu estou aqui numa situação de indignação, mas a minha indignação, o meu sentimento é muito menor do que o sentimento de impotência que nós temos diante desse quadro dantesco que estamos vivendo, que não é um, alguns ou muitos. Não é uma região definida do Estado brasileiro em que estão sendo apuradas, denunciadas e evidenciadas as práticas irregulares, incorretas.

Certamente, para quem está aqui na condição de depoente e convocado, acho que é muito difícil para nós fazermos perguntas que deem a ele a condição ou imponham a ele a condição de se autoincriminar. Isso não é da prática comum. Nós temos outros instrumentos mais efetivos para saber dele e deles que estão aqui como investigados sobre práticas que eventualmente tenham praticado.

O meu entendimento é que a presença do Dr. Gerson, como dos demais que estão nesta condição, porque, tendo sido denunciados e tendo sido inclusive presos, poderiam estar contribuindo no sentido de ajudar a revelar a estrutura de corrupção vigente no País, estando eles envolvidos ou não. Isso é outra história. Na condição de quem aqui não responde às perguntas — eu queria fazer perguntas nesse sentido —, fica muito difícil nós avançarmos. Então, para mim, o meu sentimento de impotência é maior.

Eu não quero fazer aqui um prejulgamento, mas eu quero aqui colocar uma questão que a gente discute muito em casa, como uma reflexão importante na nossa vida. É que, quando a gente tem um cristal que quebra, a gente não tem como voltá-lo à condição originária, de perfeição, de cristal. Cristal quebrado não tem emenda adequada.

Quando a gente trata dessa questão, certamente, para todos os investigados que estão aqui, em relação a eles, o cristal já quebrou. E qual é o cristal? É a



relação de confiança com os seus assistidos, com os seus pacientes, com o local de trabalho, com os seus colegas, mas é muito mais do que isso, porque, se fosse só deles o cristal quebrado, considerando que eventualmente existisse apenas um inocente, já seria uma situação de enorme preocupação para nós. Por isso, eu não quero aqui fazer nenhum prejulgamento e condenação prévia de quem está aqui na condição de investigado.

Eu conheci neste País alguns casos em que pessoas denunciadas, inclusive com ação policial, presas, depois foram constatadas como inocentes. Essas pessoas inocentes pagaram um enorme preço, porque quebraram delas o cristal: a sua honra, a sua dignidade e a sua confiança. Nós vimos isso em relação a escolas em muitas situações. Portanto, eu não quero tratá-lo nessa condição, Dr. Gerson, de condená-lo de maneira prévia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, só quero chamar a atenção de V.Exa. para o fato de que começou a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Está bem. Vou concluir bem rapidamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Precisamos ser bastante precisos. Já que o depoente não vai responder, precisamos ouvir o próximo depoente. Então, gostaria que V.Exa. fosse bastante conciso.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Eu vou concluir, Presidente. Mas quero dizer que — essa é a minha reflexão em termos conclusivos — esta CPI não pode terminar assim. Não é possível aceitarmos, de bom grado ou de maneira submissa, a determinação da Presidência. Cabe à Presidência desta Casa conferir um mínimo de credibilidade e de respeito a nós, porque senão também será impossível concluirmos de maneira efetiva, embora já tenhamos muitas informações, muitas graves denúncias. É preciso que essas denúncias sejam apuradas. É preciso que tenhamos medidas permanentes de lançar luzes sobre a escuridão.

O que se mostra até agora não é em função apenas das denúncias do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul ou de Montes Claros. A prática cada vez mostra mais e exige, inclusive dos nossos conselhos regionais e do Conselho Federal de Medicina, que, como conselhos corporativos, têm que defender a corporação. Nesse



sentido, defender a corporação é algo importante, porque a imensa maioria dos médicos e dos profissionais não podem ser classificados e colocados nessa condição, até porque nessa condição todos os médicos estão numa situação de suspeita. Aqui se diz assim: “*A máfia do jaleco branco*”, “*os bandidos de jaleco branco*”. Ou seja, já se generalizou. Quando essas práticas são evidenciadas, elas não ferem apenas os seus autores. Elas ferem o conjunto dos médicos, dos profissionais.

Nesse sentimento de impotência, de indignação, nós, da Comissão, somos levados a clamar ao Presidente da Casa que continuemos a investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que cada um dos Srs. Parlamentares fizesse manifestação em plenário quanto à prorrogação desta Comissão. Já o fiz, mas acredito que, se cada um de nós pedir em público a prorrogação, certamente nós vamos ter uma resposta da Presidência.

Eu gostaria, mais uma vez, de solicitar que continuemos no caminhar das inscrições, que nós sejamos concisos, porque há Ordem do Dia. Nós precisamos ouvir o terceiro depoente de hoje. Certamente, esse vai nos acrescentar algo acerca do objeto do nosso trabalho.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Peço a palavra por 1 segundo só, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu a darei depois que eu passar a palavra aos inscritos, o Deputado Aureo e à Deputada Raquel Muniz, até para podermos dar o mesmo tratamento aos outros Deputados.

Com a palavra o Deputado Aureo.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Sr. Presidente, primeiro, é triste esta cena a que acabamos de assistir do advogado do investigado. Quero me solidarizar com o companheiro, Deputado Dr. João, no sentido de que advogado não fala nesta CPI. Isso causa um desconforto tremendo.

Segundo, desde o começo da sessão, V.Exa. diz que há um depoimento importante reservado e que já começou a Ordem do Dia. Eu vou abrir mão dos meus questionamentos, até porque o investigado não vai responder. Quero pedir aos próximos inscritos — e faço até um pedido especial ao Deputado Dr. João — que possamos já encerrar o depoimento desse segundo investigado, para que possamos



passar logo ao que é mais importante, senão vamos perder tempo. Se começar a Ordem do Dia, não teremos avanço. Que possamos encerrar agora e chamar outro depoente para não perdermos tempo, a fim de que efetivamente esta CPI responda a sua população.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Esse é o entendimento que nós tínhamos encaminhado. Infelizmente, o Plenário é soberano.

O Deputado Aureo se abstém de fazer o seu questionamento.

Deputada Raquel Muniz, V.Exa. deseja fazer algum questionamento?

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Bem rápido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Rapidamente, então, por favor.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Dr. Gerson, tecnicamente, conhecemos o seu trabalho. Nossa família já teve essa oportunidade. Há pouco mais de 2 meses, minha sogra fez um tratamento lá na Santa Casa com colocação de *stent*. O senhor também já colaborou para a formação de inúmeros profissionais da área da saúde, já trabalha na nossa cidade há muitos anos, e, posteriormente, o seu irmão foi para lá.

No seu relato aqui, no pouco que você falou, você colocou bem que já foi Diretor também do Hospital Santa Casa, que já atuou como diretor. Você considera que o trabalho exercido pela sua equipe é partilhado, é reconhecido pela Diretoria da Santa Casa, até porque você colocou que, quando da suspensão do seu irmão — você na época era Diretor —, foi dada uma punição para ele, e, posteriormente, houve um pedido do Bispo. Normalmente, a gente acredita que a Santa Casa tenha um grupo administrativo e que não haja interferência da Igreja. E você colocou bem aí que houve um pedido do Bispo e que a partir desse pedido seu irmão teve o reingresso na equipe.

Você não quer falar aqui. O seu irmão falou pouco, mas falou aqui. E há um outro investigado que vai falar com portas fechadas, até porque na Polícia Federal ele fez delação premiada. É uma oportunidade de você falar aqui conosco, fazer alguns esclarecimentos.



E a minha pergunta é centrada nisto: se efetivamente havia o conhecimento da Diretoria do hospital das práticas da equipe de cardiologia feitas lá, haja vista que é o hospital que faz a compra, que faz as notas fiscais, enfim, que faz o pagamento.

Muito obrigada. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu ainda queria falar para o Gerson o seguinte — a mesma coisa que eu falei para o irmão dele —: Quando a gente termina o curso de Medicina, a gente faz um juramento e promete salvar, cuidar das pessoas.

Nesse sentido também, qual é a sua colaboração para esses pacientes, entre eles, a minha sogra, que ficam tensos com relação ao procedimento feito? Seria importante — você, que trabalhou na direção do hospital — o hospital se posicionar e atender e esclarecer esses pacientes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Dr. Gerson Miranda, para resposta aos questionamentos da Deputada.

**O SR. GERSON MIRANDA** - Dra. Raquel, a respeito da intervenção do Bispo, quero esclarecer o seguinte: na época, o Dr. Tadeu era o Diretor. Como ele estava de férias, eu, interinamente, como Vice-Diretor, assumi e tive que dar a punição para Zandonai. A questão do Bispo, ele solicitou ao provedor, e o provedor, esse sim, tem a capacidade de reduzir ou não a pena que foi imposta por ele, certo? E a terceira questão que a senhora me perguntou?

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - O provedor era quem? E o superintendente, nessa época?

**O SR. GERSON MIRANDA** - É, o provedor e o superintendente são os atuais, os que estão lá. Sobre a terceira questão que a senhora me perguntou, a equipe da Santa Casa presta serviços médicos. Nós não compramos, comercializamos, estocamos, vendemos qualquer outro produto, só o nosso serviço médico. Quem faz toda essa parte é o hospital.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - E acompanha e fiscaliza a saída desses equipamentos?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Certamente. É o hospital, por intermédio dos seus agentes, seus funcionários, etc. Nós só executamos o serviço médico, conforme a senhora presenciou quando do tratamento de um parente seu.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. João, para acrescentar um questionamento, por 5 segundos.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Cinco segundos.

Sr. Presidente, a Polícia Federal fez o bloqueio da conta bancária e encontrou 5 milhões de reais na conta bancária privada! Essa conta bancária que a Polícia Federal, o Delegado denunciou, é sua ou do seu irmão? Cinco milhões de reais na conta privada! É sua ou do seu irmão?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Isso não procede, senhor. Não, não foi encontrado dinheiro algum na minha conta. Não...

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - O Delegado da Polícia Federal mentiu, então?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Isso não procede. Isso é totalmente inverídico.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É mentira do Delegado da Polícia Federal?

**O SR. GERSON MIRANDA** - É.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Roney Nemer.

**O SR. DEPUTADO RONEY NEMER** - Sr. Presidente, não é nada de pergunta a ele. Eu só queria fazer uma observação aos pares. É o seguinte: o Presidente da Casa tem adotado que uma fala individual no plenário não vai ser considerada. A dos Líderes, sim. Na reunião de Líderes.

Acho que cada um deveria falar com o Líder do seu partido, porque ele diz, textualmente, que só quem pode prorrogar CPI é a reunião de Líderes. Então, em vez de a gente falar, como o senhor fez, ele não vai considerar. O ideal é que a gente converse com os Líderes de cada partido nosso e peça ao Líder para, na reunião de Líderes, dizer que a gente quer que se prorogue a CPI o quanto necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Ontem nós já o fizemos na reunião do PMDB.

**O SR. DEPUTADO RONEY NEMER** - Isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Então eu fiz isso em público lá, com toda a bancada do PMDB, para que o Líder fizesse essa intervenção.

**O SR. DEPUTADO RONEY NEMER** - Mas é para os outros fazerem. Eu sei. É para os outros fazerem com os Líderes. Porque se não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Gostaria — até porque eu acho muito pertinente o seu encaminhamento — que nós pudéssemos fazer isso com todos os partidos que estão presentes nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO RONEY NEMER** - Falar com o Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Então eu gostaria de perguntar, só para finalizar: o senhor conhece as empresas SIGNUS e BIOTRONIK?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Sim, essas empresas foram escolhidas pelo hospital para fornecerem material no setor de hemodinâmica. Desde que eu trabalho lá, quando eu já cheguei à Santa Casa, já eram elas as fornecedoras, e continuam até hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O senhor trabalhou antes, e o seu irmão também, no outro hospital de Montes Claros, Hospital Delfin...

**O SR. GERSON MIRANDA** - Dilson Godinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Dilson Godinho. Por que o senhor saiu do Dilson Godinho e foi para a Santa Casa?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Todos os serviços de cardiologia de Montes Claros foram criados por mim. Eu inaugurei o serviço de cardiologia do Dilson Godinho. Depois de 3 anos, eu terminei a minha sociedade lá e fui para a Santa Casa. Inaugurei o serviço de cardiologia da Santa Casa. E, durante algum tempo, eu prestava serviço no Dilson Godinho, substituindo, eventualmente, o colega que lá estava, quando tirava férias. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Essas empresas pagavam ao senhor e a sua equipe uma espécie de comissionamento mensal, que, segundo informações em depoimentos, girava em torno de 20 mil de uma empresa e 15 mil de outra empresa, para cada um dos companheiros da sua equipe?

**O SR. GERSON MIRANDA** - Como eu falei anteriormente, Sr. Presidente, vou permanecer em silêncio sobre essas questões.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) -Está tom.

Aqui nós temos uma cópia de alguns dos depoimentos, são vários, e nós estivemos lá. E existe aquilo que a Deputada Raquel Muniz colocou: há um desconforto lá, uma verdadeira dúvida, uma interrogação em todas as pessoas que fizeram procedimento com a sua equipe depois que veio à tona essa Operação Desiderato. Se foi colocado ou não o stent, se o stent que foi colocado é aquele que, de fato, foi o indicado. E há também depoimentos de que foram colocados stents que eram comprados com recursos do SUS e foram colocados em planos particulares, ou mesmo em pacientes de empresa de grupo, ou seja, dos planos de saúde, da saúde complementar.

Eu gostaria de saber também se o senhor pode elucidar essas casos e dizer também... Porque há vários depoimentos dizendo sobre a cobrança de 10, 20 mil, 15 mil, 16 mil reais, e que também para cada stent colocado, a média que vocês recebiam dessas empresas era de 500 a mil reais, para cada stent colocado. O senhor conhece, o senhor tem inteireza desse depoimento? O senhor já foi questionado sobre esses procedimentos? O senhor deve ter visto por toda a imprensa essa situação.

**O SR. GERSON MIRANDA** - Novamente vou permanecer em silêncio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Permanece em silêncio. Então eu não tenho mais nenhum questionamento.

Eu encerro esta presente audiência.

Vamos passar ali para o anfiteatro reservado.

Antes, porém, eu queria agradecer ao Sr. Gerson e ao seu advogado. Já os libero desta audiência.

E comunico que a tomada de depoimento a que se refere o item B da pauta será reservada e será feita no Plenário 16, que foi preparado devidamente para essa finalidade.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu também gostaria que só estivessem presentes lá os membros da Secretaria da Comissão e os Srs.



Parlamentares; somente os senhores assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito e os Parlamentares desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Sr. Presidente, gostaria só de registrar a presença da Procuradora do Município de Montes Claros, que acompanhou a CPI lá, Dra. Marilda Marlei Barbosa, e agradecer o apoio que ela prestou à CPI lá em Montes Claros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria de agradecer a presença da Procuradora do Município.

Suspendo os trabalhos e peço aos Srs. Deputados para a gente, incontínenti, já ir ao Plenário 16, porque nós estamos na Ordem do Dia. Daqui a pouco poderá haver votações e nós precisamos tomar o depoimento do depoente convocado para uma reunião reservada.